

1. INTRODUÇÃO

A **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.**, está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social “**WLM**” ou por “**Companhia**” e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

Controladas e coligadas	Nome fantasia	Região de atuação / Estado
Controladas operacionais		
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Equipo	Rio de Janeiro
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Quinta Roda	São Paulo e Minas Gerais
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu	Minas Gerais
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu Norte	Pará e Amapá
Fartura Agropecuária S.A.	Fartura	Sul do Pará e Norte do Mato Grosso
Itapura Agropecuária Ltda.	Itapura	Sul de Minas Gerais e São Paulo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	São Sebastião	Norte do Mato Grosso e Sul do Pará
Controlada descontinuada		
Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda.	Superágua	Rio de Janeiro
Coligadas		
Metalúrgica Plus S.A.	Metalplus	Paraná
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Plenogás	Paraná

2. INFORMAÇÕES GERAIS

A **WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200, 19º andar - Flamengo, registrada na *BM&F Bovespa* desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

SEGMENTO AUTOMOTIVO

Através de uma rede de quatro concessionárias com dezenove estabelecimentos localizados em diversos estados do Brasil, por meio de suas controladas: **Equipo** (*Rio de Janeiro*), **Quinta Roda** (*São Paulo*), **Itaipu** (*Minas Gerais*), e **Itaipu Norte** (*Pará e Amapá*), todas com a certificação mundial **D.O.S. (Dealer Operating Standard)**, a WLM comercializa produtos e serviços da marca **Scania**, como caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção e assistência técnica especializada, voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO

Por meio das controladas: **Fartura** (*Sul do Pará*) e **São Sebastião** (*Norte do Mato Grosso*), **Itapura** (*região de Campinas/SP*) e **Itapura** (*Sul de Minas Gerais*), a WLM atua na produção, criação e comercialização de bovinos de corte, cultivo e comercialização de grãos.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro

(International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2018, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

3.1 Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas demonstrações financeiras individuais e nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra até o final do exercício seguinte. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidado foi autorizada pela diretoria em 26 de março de 2019.

3.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

b) Ativos financeiros

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado.

O valor de mercado reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 34.

Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos com o objetivo de realização de fluxos de caixa com a venda dos ativos. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mensuradas pelo seu valor justo através do resultado. Os juros e correção monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As

variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização.

Adiantamento a fornecedores

Incluem valores pagos para aquisição de veículos e que são registrados pelo seu valor nominal.

Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

c) Cotas de consórcio

As quotas adquiridas referem-se a consórcio de caminhões e estão avaliadas pelo custo de aquisição.

d) Impostos a recuperar e créditos tributários

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

Para o ativo biológico Soja, a Companhia mensura a custo de produção e quando o ativo está no “ponto de colheita” é realizado a mensuração a valor justo. Após colhido, o grão é tratado como estoque e é avaliado a valor realizável líquido.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente.

Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado.

A contrapartida da adoção inicial do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida na conta de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

g) Operações com partes relacionadas (ativos não circulantes e passivos circulantes)

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas, em sua maior parte, referem-se a mútuos e arrendamentos, atualizados pela variação da taxa SELIC, em sua maior parte. Adicionalmente incluem aluguel de terras e pagamento de juros sobre capital próprio.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

i) Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. Atualmente as propriedades estão arrendadas para partes relacionadas e por isso estão avaliadas pelo método de custo.

j) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*).

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota 18.

k) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

m) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

n) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

o) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, quando efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido, notas explicativas nº 22 e 26.

p) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão

descritos na nota 24.

q) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que satisfaz uma obrigação de desempenho, quando da transferência do controle dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

r) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido.

Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de impostos pagos durante o período.

s) Novas normas, interpretações e alterações

Aplicáveis às demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2018

Adoção inicial do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47/ IFRS 15- Receita de Contrato com Cliente

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 -Receitas de Contratos com Clientes usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data de aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com as normas anteriormente vigentes.

CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas.

A Companhia avaliou seus julgamentos acerca da transferência de controle bem como

possíveis impactos de devoluções e existência de “pacotes de vendas” e não identificou alterações ou valores materiais para ajuste de adoção inicial.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

. Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação de acordo com o CPC 38	Classificação de acordo com o CPC 48
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Disponíveis para venda - Aplicações financeiras	Valor justo resultados abrangentes	Valor justo por resultado

Impairment de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de avaliação de crédito. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

A Companhia avaliou os impactos e reclassificações e não identificou valores materiais para ajuste de adoção inicial.

Aplicáveis às demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 não tenha impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no período de aplicação inicial.

IFRS 16 - Arrendamento mercantil

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus contratos que foram anteriormente classificados como arrendamentos operacionais. A Companhia optará por utilizar as isenções para contratos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor. A natureza das despesas relacionadas aos arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia atualmente reconhece uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhece ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que não terá impactos significativos nas suas demonstrações pois não possui contratos de alto valor. Os contratos de arrendamento das propriedades para investimentos são entre empresas controladas, que no consolidado são apresentados como imobilizado, conforme item 15 do CPC 28.

IFRIC 23/ ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A Companhia está em fase de avaliação dos impactos da norma, porém não espera efeitos significativos da adoção.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; provisões para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; avaliação do valor justo dos ativos biológicos; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para registro de certas transações e informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota 9.
- b) Estoques – nota 12.
- c) Ativos biológicos – nota 13.
- d) Imobilizado – nota 19.
- e) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais – nota 25.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 (R3) e CPC 21 (R1), abrangendo as informações anuais das investidas, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora.

Controladas	Atividade	Participação total no capital subscrito e integralizado	
		2018	2017
Operacionais			
Equipo	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Itaipu	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Quinta Roda	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Itaipu Norte	Concessionária de Veículos da marca Scania	100,00	100,00
Fartura	Bovinocultura de corte	99,35*	99,34*
Itapura	Pecuária leiteira e de corte / Cafeicultura	100,00*	100,00*
São Sebastião	Bovinocultura de corte	100,00*	100,00*
Descontinuada			
Superágua	Envasamento de águas minerais	100,00	100,00

* considerando participação indireta

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

6. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31, a Companhia está apresentando em linha separada na demonstração do resultado do exercício, o resultado das operações descontinuadas.

A WLM possui uma empresa controlada com operações descontinuadas:

· ***Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda.***

Explorava as atividades de envase e comercialização de águas minerais das marcas CAXAMBU, LAMBARI, ARAXÁ e CAMBUQUIRA, e encerrou suas atividades em junho de 2005, estando a sua extinção sujeita ao encerramento de todas as demandas e questões de natureza fiscal e judicial.

O resultado negativo das operações descontinuadas em 2018 foi de R\$ 198 e em 2017, de R\$ 733, atribuído totalmente à controladora.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e fundos de investimentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	23	16	11.296	3.681
	23	16	11.296	3.681
MOEDA NACIONAL				
CDB Bradesco (CDI 10% a 100%)	-	-	10	-
	-	-	10	-
Fundos de Investimentos				
Bradesco (CDI 100%)	-	-	4.001	5.535
Itaú-Unibanco (CDI 100%)	882	172	3.795	172
	882	172	7.796	5.707
Total de caixa e equivalentes de caixa	905	188	19.102	9.388

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata, sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates.

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 36.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
CDB				
Bradesco (CDI 100%)	-	-	-	14.560
	-	-	-	14.560
Fundos de Investimentos				
Safrá	1.021	-	1.775	-
Bradesco (CDI 100%)	-	-	17.729	-
Itaú-Unibanco (CDI 100%)	-	-	429	15.244
Brasil (CDI 100%)	23	23	23	23
	1.044	23	19.956	15.267
Total de aplicações financeiras	1.044	23	19.956	29.827

Os CDBs, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo considerados como equivalentes de caixa, tendo em vista que a Administração não pretende exercer a opção de resgate antes de 90 dias. No entanto, diante de melhores alternativas, esta opção poderá ser exercida.

As aplicações financeiras, em sua totalidade, estão avaliadas ao custo amortizado.

A Companhia não possui interesse em negociar os fundos de investimento.

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O quadro abaixo demonstra os valores que as empresas controladas têm a receber de seus clientes:

Controladas	Consolidado	
	2018	2017
Equipo	4.629	5.815
Quinta Roda	5.848	8.741
Itaipu	24.079	13.158
Itaipu Norte	19.761	14.042
Fartura	93	746
Itapura	249	140
São Sebastião	1.061	-
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(755)	(1.417)
Total	54.965	41.225

Controladas	Consolidado	
	2018	2017
A vencer	45.890	33.276
Vencidos:		
Até 30 dias	6.255	4.703
De 31 a 60 dias	501	1.438
De 61 a 90 dias	293	188
De 91 a 180 dias	2.026	1.620
Mais de 180 dias	755	1.417
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(755)	(1.417)
	54.965	41.225

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar se há necessidade de provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Neste exercício a Companhia reconheceu o montante de R\$ 420 mil como provisão para perdas de liquidação duvidosa, reconheceu como perda efetiva o valor de R\$ 1.076 e reverteu o montante de R\$ 6.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

Controladas	Consolidado
	2018
Saldo inicial	1.417
Adições	420
Reversões	(6)
Efetivação de perdas	(1.076)
Saldo final	755

Uso de estimativas: a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do Contas a receber de clientes e se baseia em títulos que estão vencidos há mais de 180 dias e na expectativa de perdas esperadas calculadas com base em histórico da Companhia.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

O saldo no valor de R\$ 22.457 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 13.992), corresponde a montantes adiantados a Scania para aquisição de veículos, cujas operações foram concretizadas no primeiro trimestre de 2019.

11. COTAS DE CONSÓRCIO

Controladas	Consolidado	
	2018	2017
Equipo	1.320	1.600
Quinta Roda	23.385	23.866
Itaipu	5.123	4.086
Itaipu Norte	1.829	725
Total	31.657	30.277
Circulante	10.068	30.277
Não Circulante	21.589	-

O saldo apresentado refere-se a cotas de Consórcio Nacional Scania adquiridas, substancialmente, com o objetivo de alavancar as vendas de caminhões, ônibus, motores e semirreboques.

Ao fazer o estudo de implantação do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia avaliou a possibilidade de mensurar as cotas de consórcio como instrumentos financeiros. Porém, apesar de apresentar características de ativo financeiro, as cotas são mantidas para venda futura aos clientes das concessionárias e exclusivamente para adquirirem veículos da marca Scania em qualquer de uma das concessionárias. Não há intenção de obtenção de receita financeira seja na aquisição ou na venda futura.

Adicionalmente a Companhia reavaliou a liquidez das cotas e reclassificou para longo prazo o montante de R\$ 21.589 com base no histórico de realização da Companhia.

12. ESTOQUES

Controladas	Consolidado	
	2018	2017
Veículos e peças	25.810	22.264
Soja	962	544
Material de consumo	3.647	2.108
Estoque em formação (café e soja)	3.086	2.654
Total	33.505	27.570

	Consolidado
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2016	26.838
Entrada por compra	379.098
Apropriação de custos	5.249
Ajuste a valor realizável	(552)
(-) Baixa por utilização	(6.938)
(-) Custo do produto vendido	(376.125)
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017	27.570
Entrada por compra	631.367
Apropriação de custos	6.467
Ajuste a valor realizável	(34)
(-) Baixa por utilização	(8.744)
(-) Custo do produto vendido	(623.041)
Ajuste de inventário	(79)
Saldo em 31 dezembro de 2018	33.505

Os estoques de café e soja referem-se a produtos agrícolas mensurados ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 16 (R1) – Estoques.

Uso de estimativa: a Companhia realiza análise do valor realizável dos seus estoques através da comparação de seus saldos contábeis e valor de mercado. Quando este é inferior ao valor contábil, a Companhia constitui provisão para ajuste realizável reconhecido no resultado no período em que ocorrer.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS

Circulante	Consolidado			
	2018		2017	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Consumíveis Maduros				
Demonstrados pelo valor justo:				
Bezerras e bezerros (8 a 12 meses)	197	203	3.071	2.432
Novilhas e novilhos	3.386	3.796	1.501	1.471
Vacas	117	212	1.376	2.175
Bois	464	985	797	1.709
Touros	-	-	17	37
Subtotal	4.164	5.196	6.762	7.824
Consumíveis Imaturos				
Demonstrados pelo custo de produção:				
Rebanho em formação	-	4.659	-	2.569
Bezerras e bezerros (0 a 7 meses)	1.961	1.498	4.708	2.224
Subtotal	1.961	6.157	4.708	4.793
Total do circulante	6.125	11.353	11.470	12.617

Não circulante	Consolidado			
	2018		2017	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Consumíveis Maduros				
Touros e tourinhos	732	1.558	624	1.380
Vacas	10.266	16.510	9.229	14.649
Rebanho bovino	10.998	18.068	9.853	16.029
Rebanho equino	212	41	203	11
Total do não circulante	11.210	18.109	10.056	16.040
Total dos ativos biológicos	17.335	29.462	21.526	28.657

Os saldos dos ativos biológicos da Companhia estão demonstrados pelo valor justo que considera o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda.

Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerros e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação.

Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

Circulante	Consolidado
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2017	12.617
Transferência do não circulante	241
Apropriação de custos	6.855
Baixa por vendas	(10.310)
Baixa por mortes	(615)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	2.541
Doação	(4)
Outras saídas/ajustes/reclassificações	28
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.353

Não circulante	Consolidado
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2017	16.040
Transferência para o circulante	(241)
Baixa por mortes	(120)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	2.431
Depreciação	(12)
Compra de equinos	33
Outras saídas/ajustes/reclassificações	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.109

Em 31 de dezembro de 2018, os animais mantidos para venda eram compostos de 4.164 (31 de dezembro de 2017 – 6.762) cabeças de gado.

Contrato Agrário de Parceria Pecuária

Circulante	2018	
	Quantidade	Valor
Vacas	748	1.047
Total	748	1.047

Em 28 de setembro de 2018, a controlada Fartura agropecuária S.A. celebrou o contrato de parceria pecuária com o objetivo de aumentar seu rebanho bovino. A Companhia ficou responsável pelo manejo e criação dos animais em sua propriedade, dividindo com o parceiro todos os gastos incorridos na formação dos animais e os bezerros e bezerras nascidas.

Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda, seguindo as premissas em sua apuração:

- (i) A Companhia determinou que a *abordagem de mercado* é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo para os ativos biológicos consumíveis maduros e a *abordagem de custo* para os imaturos, conforme CPC 46.

- (ii) Especificamente quanto a divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos no CPC 46, utilizado a hierarquia no nível 1 e 3.
- (iii) Os valores justos dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área. No caso do rebanho bovino, são considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- (iv) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta "Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos".
- (v) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade

Propriedade	Técnica de avaliação	Inputs não observáveis	O valor justo alteraria se:	
			Aumentar	diminuir
Animais vivos	Abordagem custo	Custo da ração (milho, farelo de soja) Custo com mão de obra	Custo superior Custo superior	Custo inferior Custo inferior

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros e compromissos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

14. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRRF sobre aplicações financeiras	15	188	45	202
IRRF sobre mútuo	20	54	20	54
IRRF sobre juros de capital próprio	1.163	1.575	1.162	1.575
Imposto de renda	1.997	8	2.732	1.458
Contribuição social	-	-	446	430
ICMS a recuperar	-	-	1.322	840
Pis e Cofins - êxito judicial	2.086	-	2.086	-
Outros	7	7	561	739
Total	5.288	1.832	8.374	5.298
Circulante	5.288	1.832	8.265	5.092
Não circulante	-	-	109	206

No primeiro trimestre de 2018 a WLM registrou o montante de R\$ 4.306 referente a êxito em processo judicial de habilitação de crédito de Pis e Cofins sobre bases de cálculo inconstitucionalmente majoradas (inconstitucionalidade do art. 3º § 1º, da Lei nº 9.718/98). A contrapartida desse montante está registrada na demonstração do resultado do exercício nas

rubricas de êxito de processo judicial, pelo valor do principal (R\$ 1.402) e de receitas financeiras, pela atualização monetária (R\$ 2.904).

15. LUCROS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de lucros e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

Controladas	Controladora	
	2018	2017
Lucros		
Equipo	825	-
Quinta Roda	725	300
Itaipu	425	400
Itaipu Norte	725	4.300
Plenogás	205	399
Total	2.905	5.399
Juros sobre o capital próprio		
Equipo	1.199	-
Quinta Roda	2.644	2.754
Itaipu	3.902	2.805
Itaipu Norte	3.103	3.366
Total proposto	13.753	14.324
Total recebido desde a proposição	(12.682)	(12.896)
Total a receber	1.071	1.428

16. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas em 31 de dezembro estão sumariados a seguir:

Empresas	Controladora			
	Ativo não Circulante		Passivo circulante	
	2018	2017	2018	2017
Controladas				
Fartura	2.852	-	-	-
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	330	414
Plenogás (*)	-	-	1.118	1.128
Total	3.154	302	1.448	1.542

(*) Coligadas não consolidadas.

Empresas	Consolidado			
	Ativo não Circulante		Passivo circulante	
	2018	2017	2018	2017
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302	330	414
Plenogás (*)	-	-	1.118	1.128
Total	302	302	1.448	1.542

(*) Coligadas não consolidadas.

A Companhia efetua rateio da infraestrutura utilizada por sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., considerando reembolsos de despesas com pessoal, aluguel, energia elétrica, condomínio, impostos e taxas no valor R\$ 683 (2017 - R\$ 506).

As principais transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são atualizados pela variação da taxa SELIC e não possuem prazo de vencimento determinado.

A controlada Fartura adquiriu da controlada Quinta Roda quotas de consórcio contempladas para aquisição de máquinas e equipamentos a serem utilizados na produção no valor de R\$ 96.

Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fartura e Itapura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 18.

Ainda sobre a Controlada Fartura, embora a Companhia venha apresentando recorrentes prejuízos contábeis, as operações não apresentam indícios de descontinuidade devido a WLM realizar envios de mútuo que são posteriormente substituídos por aumento de capital, além de aporte de capital. Além disso, no ano de 2018, a Fartura obteve recursos no mercado para o financiamento do custeio agrícola e pecuário.

Impacto no resultado das transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Empresas	Controladora			
	Arrendamentos (Receita)		Atualizações Monetárias (Receita (Despesa) Financeiras)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Controladas				
Fartura	648	648	54	215
São Sebastião	216	-	36	-
Itapura	48	48	-	22
Superágua	-	-	-	4
	<u>912</u>	<u>696</u>	<u>90</u>	<u>241</u>

Neste exercício a WLM registrou transações com partes relacionadas, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

Remuneração da Administração										
Órgão	2018					2017				
	Nº de membros	Fixa	Variável		Total	Nº de membros	Fixa	Variável		Total
		Salário	Prêmio (*)	Gratificação			Salário	Prêmio (*)	Gratificação	
Diretoria Executiva	3	1.697	727	-	2.424	2	1.813	162	484	2.459
Conselho de Administração	5	1.050	-	-	1.050	5	1.017	-	-	1.017
Comitê Estratégico (**)	0	-	-	-	-	2	19	-	-	19
Conselho Fiscal	3	169	-	-	169	3	181	-	-	181
Subtotal		2.916	727	-	3.643		3.030	162	484	3.676
Outros benefícios (***)		929	129		1.058		904			904
Total da remuneração		3.845	856	-	4.701		3.934	162	484	4.580

(*) Prêmio provisionado para pagamento no primeiro trimestre do ano seguinte.

(**) O Comitê Estratégico tem 05 participantes, mas somente 02 percebem remuneração.

(***) Inclui, encargos sociais, seguro saúde, seguro de vida.

17. INVESTIMENTOS

Descrição	Segmento automotivo				
	Equipo	Quinta Roda	Itaipu	Itaipu Norte	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	33.766	53.411	76.151	56.133	219.461
Perda de participação reflexa (1)	(829)	(294)	(256)	-	(1.379)
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	438	131	142	-	711
Distribuição de lucros	-	(300)	(400)	(4.300)	(5.000)
Aumento de capital	-	-	-	1.300	1.300
Juros sobre capital	-	(3.241)	(3.300)	(3.960)	(10.501)
Equivalência patrimonial	(756)	4.022	2.838	5.652	11.756
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	32.619	53.729	75.175	54.825	216.348
Perda de participação reflexa (1)	(717)	(261)	(229)	-	(1.207)
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	(1.077)	(392)	(420)	(138)	(2.027)
Distribuição de lucros	(825)	(725)	(425)	(725)	(2.700)
Juros sobre capital	(1.410)	(3.110)	(4.590)	(3.650)	(12.760)
Equivalência patrimonial	2.234	6.445	9.971	8.270	26.920
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.824	55.686	79.482	58.582	224.574

Descrição	Segmento agropecuário			
	Fartura	S. Sebastião	Itapura	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	57.807	35.025	26.459	119.291
Ganho de participação reflexa (1)	368	1.617	17	2.002
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	(97)	587	(11)	479
Aumento de capital	8.000	1.300	2.321	11.621
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.093	1.786	-	2.879
Equivalência patrimonial	(4.163)	(263)	(1.257)	(5.683)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	63.008	40.052	27.529	130.589
Ganho de participação reflexa (1)	105	1.432	13	1.550
Ajuste reserva de reavaliação reflexa	249	(1.238)	12	(977)
Aumento de capital	-	-	180	180
Equivalência patrimonial	(3.341)	1.684	(1.054)	(2.711)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	60.021	41.930	26.680	128.631

Descrição	Descontinuada Sumasa	Descontinuada Superágua	Outros	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	-	163	956	1.119
Aumento de capital	-	125	-	125
Distribuição de lucros	-	-	(396)	(396)
Equivalência patrimonial	-	(288)	486	198
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	-	-	1.046	1.046
Distribuição de lucros	-	-	(205)	(205)
Equivalência patrimonial	-	-	12	12
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	-	-	853	853
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017				347.983
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018				354.058

(1) Durante o exercício de 2018, a WLM realizou aumento de capital em suas controladas Fartura, São Sebastião e Itapura resultando em ganho/perda de capital, em contrapartida com o mesmo efeito nas demais controladas das empresas que receberam o aporte.

. Investimentos em Controladas e Coligadas

Patrimônio Líquido e Resultado	2018			2017		
	Total Ativo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Total Ativo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas operacionais						
Equipo	38.514	30.824	2.234	38.650	32.619	(756)
Quinta Roda	66.583	55.686	6.445	62.377	53.729	4.022
Itaipu	107.286	79.482	9.971	101.366	75.174	2.838
Itaipu Norte	79.578	58.582	8.270	61.900	54.824	5.652
Fartura	87.346	62.974	(3.495)	81.427	66.108	(4.369)
Itapura	39.222	29.805	(1.178)	40.393	30.773	(1.406)
São Sebastião	71.004	56.350	2.263	68.090	55.707	(369)
Controlada descontinuada						
Superágua *	47	(593)	(198)	144	(446)	(733)
Coligadas						
Metalplus	1.008	686	(335)	1.870	1.021	851
Plenogás	2.854	1.488	372	3.325	1.433	650

Participação em controladas	2018			2017		
	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Controladas operacionais						
Equipo	12.290.290	100,00		12.290.290	100,00	
Quinta Roda	26.401.512	100,00		26.401.512	100,00	
Itaipu	41.686.623	100,00		41.686.623	100,00	
Itaipu Norte	29.500.000	100,00		29.500.000	100,00	
Fartura	2.059.360	95,31	4,03	1.890.267	95,24	4,10
Itapura	34.754.557	89,52	10,48	34.754.557	89,46	10,54
São Sebastião	15.052.742	74,41	25,59	13.266.742	70,96	29,04
Controladas descontinuada						
Superágua	23.107.500	100,00		2.764.933	100,00	
Coligadas						
Metalplus	3.000	33,33		3.000	33,33	
Plenogás	3.000	33,33		3.000	33,33	

A Companhia mantém provisão para perdas em investimentos permanentes no valor de R\$ 593 (R\$ 446 em 2017), registrados na rubrica de outras obrigações, no passivo não circulante. Este valor decorre principalmente de patrimônio líquido negativo na controlada descontinuada Superágua.

18. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O saldo no valor de R\$ 34.679 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 32.109), corresponde a propriedades para investimento que estão arrendadas a partes relacionadas, para exploração de agropecuária. Cada arrendamento tem um período de 5 (cinco) anos e as renovações poderão ser negociadas futuramente com as arrendatárias. O detalhamento das propriedades para investimentos pode ser descrito a seguir:

Descrição das propriedades para investimento	Arrendatária	Arrendante	Parte relacionada	Prazo do contrato	Valor do aluguel
Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.366.813,000m² (136,68 ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.	Itapura Agropecuária Ltda. CNPJ nº 44.624.179/0001-23 Praia do Flamengo, 200 / 19º Parte - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	WLM I Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 31 de março de 2022	R\$ 26,00 mensais por hectare
Imóvel rural com área total de 7.471,5400 ha, conforme abaixo: Área de 4.413.3676 ha, designada como Lote 41, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 904, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis de Santana do Araguaia (PA). Área de 1.440,1180 ha, constituída de parte desmembrada do Lote 42, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4336, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA). Área de 1.618,0544 ha, constituída de parte desmembrada do lote 43, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4337, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).	Fartura Agropecuária S.A. CNPJ nº 05.427.471/0001-02 Praia do Flamengo, 200 / 19º Parte - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 05 de maio de 2019	R\$ 54.000,00 mensais
Área de terras com total de 2.053,5957 ha, designada por Gleba Edwin, conforme Título Definitivo nº 01698-4TD, emitido em 10 de fevereiro de 2012 pelo Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT, processo 196087/2007.	Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. CNPJ nº 15.947.450/0001-63 Praia do Flamengo, 200 / 19º Parte - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 02 de janeiro de 2023	R\$ 54.035,00 trimestrais

Em março de 2018 a controladora celebrou contrato de arrendamento com a controlada Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. que tem por finalidade a exploração de pastagens para o exercício das atividades de pecuária: cria, engorda, compra e venda de bovinos. Assim, realizou transferência do imobilizado (nota 18) para propriedades para investimentos do valor alusivo ao terreno arrendado no montante de R\$ 2.679.

No consolidado os valores referentes à propriedade para investimento da controladora estão apresentados no grupo de imobilizado, pois de acordo com o item 15 do CPC 28 (Propriedade para Investimento), a propriedade que está arrendada e ocupada por uma controlada não se qualifica como propriedade para investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário sob a perspectiva do grupo.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Neste exercício de 2018 a Companhia avaliou duas de suas propriedades a valor justo e não identificou fatores que pudessem indicar a necessidade de provisão para perda do ativo. A avaliação foi efetuada por empresa externa especializada.

Propriedade	Controladora	
	Valor contábil	Valor justo
Imóvel Jaguariúna - SP	24.882	52.419
Imóvel Santana do Araguaia - PA	7.227	38.680
Saldo final	32.109	91.099

19. IMOBILIZADO

Descrição	Controladora						
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2017	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2018
Terrenos		3.005	6		(2.679)	-	332
Veículos		215		(215)	-	-	-
Móveis e utensílios		1.278	39	(24)	-	-	1.293
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.977	2	-	-	-	1.979
Outros		441	2	-	-	-	443
Subtotal do imobilizado:		6.916	49	(239)	-	-	4.047
Depreciação acumulada:							
Veículos	10% a 20%	(93)	-	106	-	(13)	-
Móveis e utensílios	10%	(855)	-	23	-	(115)	(947)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(914)	-	-	-	(176)	(1.090)
Outros	4% a 10%	(204)	-	-	-	(34)	(238)
Total Depreciação acumulada		(2.066)	-	129	-	(338)	(2.275)
Imobilizado em andamento		-					-
Total do imobilizado:		4.850	49	(110)	-	(338)	1.772

Descrição	Controladora						
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2016	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2017
Terrenos		2.986	19	-	-	-	3.005
Veículos		215	-	-	-	-	215
Móveis e utensílios		1.179	105	(6)	-	-	1.278
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		1.708	-	-	269	-	1.977
Outros		466	14	(39)	-	-	441
Subtotal do imobilizado:		6.554	138	(45)	269	-	6.916
Depreciação acumulada:							
Veículos	10% a 20%	(17)	-	-	-	(76)	(93)
Móveis e utensílios	10%	(755)	-	4	-	(104)	(855)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	(738)	-	-	-	(176)	(914)
Outros	4% a 10%	(191)	-	23	-	(36)	(204)
Total Depreciação acumulada		(1.701)	-	27	-	(392)	(2.066)
Imobilizado em andamento		242	27		(269)		-
Total do imobilizado:		5.095	165	(18)	-	(392)	4.850

Descrição	Consolidado					
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2017	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 2018
Terrenos		207.067	28	-	-	207.095
Edificações e instalações		54.911	14	(34)	109	55.000
Equipamentos e acessórios		15.533	1.139	(240)	-	16.432
Veículos		3.962	1.259	(945)	145	4.421
Móveis e utensílios		8.282	351	(116)	-	8.517
Pastagem		19.709		(1.086)	632	19.255
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros		-				-
Correção e preparo do solo		1.978	2	-	-	1.980
Outros		2.114	10	-	1.283	3.407
		2.577	47	-	-	2.624
Subtotal do imobilizado:		316.133	2.850	(2.421)	2.169	-
Depreciação acumulada:						
Edificações e instalações	2% a 4%	(15.225)	-	10	-	(1.168)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(6.754)	-	103	-	(1.237)
Veículos	10% a 20%	(1.653)	-	275	-	(446)
Móveis e utensílios	10%	(6.441)	-	138	-	(498)
Pastagem	5%	(9.962)	-	583	-	(1.020)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros						
Correção e preparo do solo	10%	(916)	-	-	-	(176)
Outros	20%	(129)	-	-	-	(445)
	4% a 10%	(1.829)	-	-	-	(87)
Total Depreciação acumulada		(42.909)	-	1.109	-	(5.077)
Imobilizado em andamento		1.272	3.518	(107)	(2.169)	2.514
Total do imobilizado:		274.496	6.368	(1.419)	-	274.368

Descrição	Consolidado					
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2016	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 2017
Terrenos		207.008	59	-	-	207.067
Edificações e instalações		53.817	8	-	1.086	54.911
Equipamentos e acessórios		11.638	3.334	(138)	699	15.533
Veículos		3.390	897	(483)	158	3.962
Móveis e utensílios		8.008	351	(77)	-	8.282
Pastagem		19.709	-	-	-	19.709
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros						
Correção e preparo do solo		1.709	-	-	269	1.978
Outros		473	-	-	1.641	2.114
		3.134	377	(753)	(181)	2.577
Subtotal do imobilizado:		308.886	5.026	(1.451)	3.672	-
Depreciação acumulada:						
Edificações e instalações	2% a 4%	(13.952)	-	32	-	(1.305)
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	(5.740)	-	50	-	(1.064)
Veículos	10% a 20%	(1.520)	-	267	-	(400)
Móveis e utensílios	10%	(5.974)	-	61	-	(528)
Pastagem	5%	(8.953)	-	-	-	(1.009)
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros						
Correção e preparo do solo	10%	(739)	-	-	-	(177)
Outros	20%	(8)	-	-	-	(121)
	4% a 10%	(1.698)	-	81	-	(212)
Total Depreciação acumulada		(38.584)	-	491	-	(4.816)
Imobilizado em andamento		1.151	3.793	-	(3.672)	1.272
Total do imobilizado:		271.453	8.819	(960)	-	274.496

Com relação aos imóveis rurais, vale destacar:

Fazenda São João, Estado do Pará: ocorrência de incêndio originário de fazendas vizinhas atingindo a vegetação nativa de reserva legal da Fazenda São João de propriedade da controlada Fartura Agropecuária S/A. A identificação, via satélite, de área queimada gerou notificação de embargo, pelo IBAMA, na reserva legal, no total de 2.480,402 hectares de área de vegetação nativa queimada. O embargo é de natureza cautelar para permitir a recuperação natural da área embargada. Não há auto de infração ou aplicação de penalidade pelo IBAMA decorrente deste fato.

Fazenda São Sebastião – Estado do Mato Grosso: a controlada AGROPECUÁRIA SÃO SEBASTIÃO DO ARAGUAIA LTDA., no ano de 2008, ajuizou ação de reintegração de posse contra esbulhadores da área terras denominada “Gleba Pelissoli” integrante a Fazenda São

Sebastião. A área invadida tem aproximadamente 7.557,19 hectares e permanece ilicitamente ocupada por esbulhadores. Na área em litígio existe, também, desmatamento ilegal praticado pelos esbulhadores. Em perícia técnica realizada por determinação do Juiz da Vara Especializada de Direito Agrário de Cuiabá-MT, onde tramita o processo de reintegração de posse, constatou que a área desmatada ilegalmente pelos esbulhadores corresponde a 2.665,2 hectares. Foram apresentadas alegações finais pelas partes. O Ministério Público opinou favoravelmente à procedência do pedido de reintegração de posse da Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. Aguardando a sentença.

A Companhia não estima perdas em decorrência das situações acima mencionadas.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período.

Durante o exercício de 2018 a Companhia contratou avaliadores independentes para avaliar o valor realizável das terras do segmento agropecuário. Esses avaliadores indicaram que o valor de realização das terras é superior aos saldos registrados na contabilidade no encerramento do exercício. Portanto, a Companhia concluiu que os montantes registrados no exercício de 2018 são realizáveis em conformidade com o CPC 01 e IAS 36.

Nos demais segmentos da Companhia não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo.

20. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora						
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2017	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2018
Marcas e patentes		2	-	-	-	-	2
Direito de uso de <i>Software</i>		246	-	-	-	-	246
Subtotal do intangível:		248	-	-	-	-	248
Amortização acumulada:							
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(164)	-	-	-	(24)	(188)
Total do intangível:		84	-	-	-	(24)	60

Descrição	Controladora						
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2016	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2017
Marcas e patentes		2	-	-	-	-	2
Direito de uso de <i>Software</i>		200	46	-	-	-	246
Subtotal do intangível:		202	46	-	-	-	248
Amortização acumulada:							
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(131)	-	-	-	(33)	(164)
Total do intangível:		71	46	-	-	(33)	84

Descrição	Consolidado						
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2017	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2018
Marcas e patentes		7	-	-	-	-	7
Direito de uso de <i>Software</i>		233	-	-	-	-	233
Fundo de comércio		8.920	-	-	-	-	8.920
Subtotal do intangível:		9.160	-	-	-	-	9.160
Amortização acumulada:							
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(144)	-	-	-	(27)	(171)
Total do intangível:		9.016	-	-	-	(27)	8.989

Descrição	Consolidado						
	Taxa anual de depreciação	Saldo em 2016	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 2017
Marcas e patentes		7	-	-	-	-	7
Direito de uso de <i>Software</i>		187	46	-	-	-	233
Fundo de comércio		8.920	-	-	-	-	8.920
Subtotal do intangível:		9.114	46	-	-	-	9.160
Amortização acumulada:							
Direito de uso de <i>Software</i>	10% a 20%	(111)	-	-	-	(33)	(144)
Total do intangível:		9.003	46	-	-	(33)	9.016

Desde 2006, através da controlada Itaipu Norte, a WLM vem explorando a concessão da marca Scania, nos Estados do Pará e Amapá. O fundo de comércio no valor de R\$ 8.920 mil refere-se ao valor da “bandeira” adquirida pela WLM quando da aquisição dessa concessão, mas que não é amortizado em virtude de não possuir vida útil definida, de acordo com o CPC 04 (R1).

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis de seu ativo, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede ao valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados no exercício de 2018 e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo intangível.

21. CONTAS A PAGAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores	229	83	35.566	14.840
Crédito de clientes	-	-	6.400	18.083
Total	229	83	41.966	32.923

Os valores de fornecedores estão representados, basicamente, por valores a pagar a Scania Latin-America. Enquanto que os saldos de crédito de clientes referem-se a parcela de entrada para aquisição de caminhões realizadas pelos clientes enquanto o financiamento do bem está em fase de aprovação pelo FINAME.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Controladora e consolidado		
	Indexador	Taxa média anual de juros (%)	2018
<u>Banco</u>			
Bradesco			6
			6
<u>Aplicados no Capital de giro</u>			
Banco Safra	Pré	8,99%	6.027
Funcafé	Pré	8,5%	1.323
			7.350
<u>Aplicados no Imobilizado</u>			
Finame - BNDES	Pré	8,5%	1.112
			1.112
Total			8.468
Circulante			7.545
Não circulante			923

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2018
Saldo em 31/12/2017	1.809
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	7.931
Encargos de dívidas - juros	361
Pagamento do principal (*)	(1.460)
Pagamento dos juros (*)	(173)
Saldo em 31/12/2018	8.468
Circulante	7.545
Não circulante	923

(*) Liquidação de linha de crédito obtida em Nov/17, para produção de safra agrícola do café

Banco Safra

Linha de financiamento destinada ao apoio, complementação e aquisição de produtos e insumos para a criação do gado e produção de soja. A amortização será realizada em parcela única, com vencimento em 02/05/2019, no montante correspondente ao principal, acrescido dos encargos financeiros pré-fixados conforme o contrato.

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ

Crédito destinado ao custeio agrícola do café, tendo como devedora solidária a controladora WLM. A amortização será realizada em parcela única, com vencimento em 29/12/2019, no montante correspondente ao principal, acrescido dos encargos financeiros.

Finame - BNDES

Linha de financiamento destinada a modernização de frotas de micro e pequenas empresas do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados por aval da Companhia. As amortizações são realizadas em base mensal, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/03/2018 a 15/03/2022.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

23. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, neste exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 4.338, conforme detalhado na nota 27.

O saldo da conta dividendos a pagar está assim representado:

Descrição	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício de 2018	4.337	-
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	101	1.195
Total	4.438	1.195

Movimentação	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.195
Reconhecimento do dividendo mínimo obrigatório	4.338
Dividendos prescritos	(1.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.438

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
SHV Gás Brasil Participações Ltda	462	462	462	462
Cotas de consórcio	-	-	1.164	1.943
Provisão para honorários de êxitos	210	298	1.757	914
Provisões administrativas	60	60	60	60
Provisões para perdas de investimentos	593	446	-	-
Outros	50	27	512	794
TOTAL	1.375	1.293	3.955	4.173
Circulante	1.166	633	1.974	2.431
Não circulante	209	660	1.981	1.742

SHV Gás Brasil Participações Ltda.

A Companhia responde, solidariamente, perante a *Supergasbras Energia Ltda.* (atual denominação social da *SHV Gás Brasil Participações Ltda.*), a processos fiscais documentados no anexo 9 – do contrato de venda de ações da *Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.*, datado de 07 de julho de 2004, no montante de R\$ 462.

Cotas de consórcio

Cotas de consórcio adquiridas para venda de bens e/ou aquisição de máquinas e equipamentos, e que já foram contempladas e parceladas.

Provisões para honorários de êxito

Referem-se a valores a pagar de honorários advocatícios sobre êxito de causas judiciais.

Provisões administrativas

Referem-se a valores a pagar de processos judiciais em fase de execução.

Provisões para perdas em investimentos

Referem-se a provisão para perdas na controlada Superágua.

Outros

Corresponde, principalmente, a contratos de seguros a pagar.

25. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores jurídicos. As principais informações desses processos, estão assim representadas:

Descrição	Consolidado	
	2018	2017
Trabalhistas	30	15
Total	30	15

Descrição	Consolidado					
	2017	Adições	Atualização	Pagamentos	Reversões	2018
Fiscais						
Trabalhistas	15	19	-	(4)	-	30
Total	15	19	-	(4)	-	30

a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Os valores decorrentes de causas administrativas, ambientais, trabalhistas, cíveis e de

execução fiscal, no montante de R\$ 49.089 (2017 - R\$ 28.727), cuja avaliação dos assessores jurídicos aponta para uma probabilidade de perda possível, não foram registradas nestas demonstrações financeiras.

Descrição	Consolidado	
	2018	2017
Tributárias	33.738	22.062
Trabalhistas	526	1.987
Cíveis	10.925	4.558
Ambientais	3.900	120
Total	49.089	28.727

Dentre as causas de maior relevância destacamos:

I - Tributárias: três processos administrativos instaurados pelo Estado de Minas Gerais contra a Superágua Empresas de Águas Minerais Ltda. (descontinuada) para apuração de supostos débitos pelo não pagamento de compensações financeiras decorrentes da exploração de recursos minerais (águas minerais), com montantes estimados em R\$ 426, R\$ 512 e R\$ 2.800, perfazendo o total de R\$ 3.738; três processos administrativos fiscais instaurados pelo Estado do Pará contra a controlada Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., de apuração de débitos de ICMS, sendo dois por deixar de estornar crédito do imposto em decorrência de entrada de mercadoria em seu estabelecimento e um por deixar de recolher antecipação especial de ICMS relativo a operação interestadual de mercadoria, no valor total de R\$ 9.852.

Duas ações de execução fiscal ajuizadas pelo Estado do Rio de Janeiro, classificadas em 2017, como perda remota e em 2018 como possível. Em uma ação, a Companhia sustenta a ilegalidade de auto de infração com relação a operações realizadas pela Superágua Distribuidora de Bebidas Ltda. (incorporada pela Companhia), de compras de mercadorias de produção do estabelecimento industrial da controlada Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda. (com operações descontinuadas), localizado em Caxambu-MG, que resultaram em perda de arrecadação de ICMS, segundo alega o Estado do Rio de Janeiro, no montante estimado de R\$ 11.763. Em outra, a controlada Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda. (com operações descontinuadas) sustenta a ilegalidade de auto de infração pela não inclusão do frete na base de cálculo do ICMS-Substituição Tributária, no montante estimado de R\$ 5.963. Em ambos os casos as ações têm por origem em operações comerciais de exploração de águas minerais (descontinuadas) que resultaram em autos de infração.

II - Trabalhistas: A variação decorre, principalmente, do arquivamento definitivo da Reclamação Trabalhista ajuizada por ex-empregado (vendedor) da controlada Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. (montante estimado: R\$ 1.595). A Reclamatória foi julgada totalmente improcedente e o Recurso Ordinário interposto pelo Reclamante teve seu provimento negado.

III – Cíveis: (a) ação de indenização de danos diretos e lucros cessantes ajuizada por Cliente contra a Scania Latin América Ltda. e a controlada Itaipu Máquinas e Veículos Ltda., decorrente de supostos defeitos de fabricação em 05 (cinco) chassis de ônibus, no montante estimado na petição inicial de R\$ 1.604. Conforme sentença de 09 de março de 2018, o novo valor estimado passou a totalizar o montante R\$ 7.689, no que se refere a parte da Companhia na condenação; (b) ação rescisória de contrato de compra e venda c/c indenizatória ajuizada por Cliente contra a Scania Latin América Ltda. e a controlada Equipo Máquinas e Veículos Ltda. visando à rescisão da compra e venda do veículo e o ressarcimento de perdas e danos decorrentes de supostos defeitos de fabricação, no montante estimado de R\$893; (c) ação de indenização

securitária ajuizada por ex-empregado da Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. contra a Royal & Sunalliance Seguros e a Companhia (na qualidade de estipulante do contrato de seguro), visando receber o capital segurado por invalidez funcional total permanente, no montante estimado de R\$ 474.

IV - Ambientais: (a) processos administrativos de impugnação de dois autos de infração de natureza ambiental lavrados pela SEEMA do município de Marituba-PA, contra a controlada Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda., no valor de R\$ 100, cada um, perfazendo total de R\$200, por suposta infração no descumprimento de condicionantes de Licença de Operação, que levou a outra suposta infração por operar sem autorização do órgão ambiental; (b) duas ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Federal em face de Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda., tendo como objeto pedido de condenação e obrigação de reparação de dano ambiental decorrente do desmatamento de floresta nativa de duas áreas (87,11 e 133,95 hectares) sem autorização do órgão ambiental. Valor total das ações: R\$ 3.562. Os desmates ilegais foram realizados por invasores em área destinada como Reserva Legal, que é objeto de litígio em ação de reintegração de posse - Processo de nº 28299-03.2008.811.0041, conforme Laudo Pericial lavrado pelo Perito Judicial nomeado pelo Juiz da 2ª Vara Especializada de Direito Agrário da Comarca de Cuiabá-MT, no âmbito da ação citada reintegração de posse ajuizada no ano de 2008 pela Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.

Para esses processos classificados como perda possível ainda não há certeza de que haverá saída de recursos para provisões, de forma que, para a Administração não há provisão a ser registrada.

A Companhia contratou seguro garantia no montante de R\$ 283, referente ao processo de execução fiscal, movido pela Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, em face a controlada Superágua Empresa de Águas Minerais Ltda.

Uso de estimativas: a Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões e inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração monitora a evolução dos riscos dos processos administrativos e judiciais, através de Assessoria Jurídica interna e de Assessores Jurídicos externos especializados.

26. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos pronunciamentos contábeis. Os valores apresentados são revisados anualmente.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda	3.799	6.161	29.582	29.201
Contribuição social	1.368	2.220	14.666	15.102
Total	5.167	8.381	44.248	44.303

Descrição	2018	
	Controladora	Consolidado
Reavaliação de ativos	15.546	113.143
Custo atribuído a realizar	6.164	51.738
	21.710	164.881
Tributos diferidos passivos - 34%	(7.381)	(56.060)
Constituição de tributos diferidos ativos limitados a 30% do passivo	2.214	11.812
Saldo de tributos diferidos líquido	(5.167)	(44.248)

A WLM e suas controladas possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cujos créditos tributários não foram registrados contabilmente por não haver a previsão de geração de lucros tributáveis, assim distribuídos:

Controladas	2018	
	Controladora	Consolidado
Prejuízo fiscal - IRPJ	25.811	50.373
Base negativa - CSLL	26.559	50.713

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 177.375 (R\$ 177.375 em 2017), representando 36.414.670 (36.414.670 em 2017) ações nominativas, sendo 16.571.220 (16.571.220 em 2017) ações ordinárias e 18.843.450 (18.843.450 em 2017) ações preferenciais, sem valor nominal.

A movimentação das contas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão inseridas em quadro próprio denominado mutação do patrimônio líquido.

Capital social autorizado

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de junho de 2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que estabelecerá sobre as

condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R\$ 300.000, através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal.

Reservas

Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido:

Reserva de reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM nº 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07, em bens próprios de suas controladas.

A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados

Ajuste de avaliação patrimonial

Representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante).

Reserva de lucros

Reserva legal

Representa os valores registrados, conforme definido no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no estatuto social da Companhia.

Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos

Conforme determina o estatuto social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do seu capital social.

Base de cálculo do dividendo obrigatório e adicional proposto

Dividendo obrigatório

	Controladora
Base de cálculo do dividendo obrigatório	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	16.076
Realização da mais valia de ativos	2.187
Lucro líquido do exercício ajustado	18.263
Constituição da reserva legal (5%)	913
Base de cálculo do dividendo obrigatório	17.350
Dividendos obrigatórios (25%)	4.337
Total de dividendos propostos	4.337

Dividendo adicional proposto

Neste exercício está sendo proposto, a título de dividendo adicional complementar, o montante de R\$ 2.943, mediante a utilização da reserva de garantia para pagamento de dividendos, sujeito a aprovação da assembleia geral ordinária.

28. RESULTADO POR SEGMENTO DE ATIVIDADE

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, a WLM, por meio de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil, atua na comercialização de produtos agrupados em atividades dos segmentos automotivo e agropecuário, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*.

Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das diretorias executivas. Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes.

Descrição	2018				2017			
	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total
Operações continuadas								
Receita operacional bruta								
Receita de bens	-	768.779	18.450	787.229	-	473.461	14.818	488.279
Receita de serviços	-	46.044	-	46.044	-	49.667	-	49.667
Total da receita operacional bruta	-	814.823	18.450	833.273	-	523.128	14.818	537.946
Deduções de receita bruta	-	(79.422)	(1.555)	(80.977)	-	(47.328)	(875)	(48.203)
Receita líquida de vendas e serviços	-	735.401	16.895	752.296	-	475.800	13.943	489.743
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	(617.703)	(15.648)	(633.351)	-	(373.951)	(11.750)	(385.701)
Lucro bruto	-	117.698	1.247	118.945	-	101.849	2.193	104.042
Despesas operacionais, líquidas de receitas	(12.822)	(90.248)	(8.192)	(111.262)	(13.009)	(88.845)	(9.473)	(111.327)
Resultado financeiro	3.349	1.749	(379)	4.719	757	2.551	(265)	3.043
Outras receitas	2.340	3.735	4.908	10.983	671	(2.422)	904	(847)
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(7.133)	32.934	(2.416)	23.385	(11.581)	13.133	(6.641)	(5.089)
Imposto de renda e contribuição social	(1.116)	(6.014)	5	(7.125)	-	(1.377)	497	(880)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(8.249)	26.920	(2.411)	16.260	(11.581)	11.756	(6.144)	(5.969)
Operações descontinuadas	-	-	-	(198)	-	-	-	(733)
Total	(8.249)	26.920	(2.411)	16.062	(11.581)	11.756	(6.144)	(6.702)

Descrição	2018				2017			
	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total	Administração	Segmento automotivo	Segmento agropecuário	Total
Ativo total de segmentos reportáveis	-	292.633	197.573	490.206	-	264.294	190.408	454.702
Outros ativos	17.583	-	-	17.583	18.988	-	-	18.988
Ativos descontinuados	-	-	-	47	-	-	-	144
Total do Ativo Consolidado	17.583	292.633	197.573	507.836	18.988	264.294	190.408	473.834
Passivo total de segmentos reportáveis	-	292.633	197.573	490.206	-	264.294	190.408	454.702
Outros passivos	17.583	-	-	17.583	18.988	-	-	18.988
Passivos descontinuados	-	-	-	47	-	-	-	144
Total do Passivo Consolidado	17.583	292.633	197.573	507.836	18.988	264.294	190.408	473.834

A avaliação do desempenho da Companhia é medida pelo resultado do segmento automotivo, seu principal negócio.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e da contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração.

29. RECEITA DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

Descrição	Consolidado	
	2018	2017
Receita de bens	787.229	488.279
Receita de serviços	46.044	49.667
Total da receita operacional bruta	833.273	537.946
Impostos faturados	(80.488)	(48.203)
Devoluções	(489)	-
Total das deduções da receita Bruta	(80.977)	(48.203)
Total	752.296	489.743

A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos e serviços são transferidos para os clientes, bem como na extensão em que for provável, que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações do resultado, a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

30. CUSTO DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

Descrição	Consolidado	
	2018	2017
Veículos e serviços automotivos	617.703	373.951
Pecuária	10.313	9.576
Soja	4.469	1.185
Café	866	989
Total	633.351	385.701

31. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Honorários da administração	1.050	1.017	1.050	1.017
Honorários do conselho fiscal	169	181	169	181
Salários e encargos	5.854	8.030	65.108	68.474
Serviços de terceiros	904	470	6.623	5.325
Manutenção predial e outros	45	62	3.341	3.027
Benefícios a empregados (*)	747	716	9.956	10.060
Aluguéis e arrendamentos	436	440	1.381	1.106
Condução, viagens e estadas	241	253	4.223	4.597
Impostos, taxas e contribuições	1.603	1.242	3.381	2.786
Condomínio	185	176	185	176
Comunicações	71	69	1.121	1.398
Frota própria	5	18	790	725
Frete de terceiros	-	-	1.031	1.294
Manutenção de máquinas e equipamentos	38	47	1.183	1.277
Despesas com seguros	151	88	371	414
Anúncios e publicações	235	220	392	320
Propaganda, promoção e representação	-	-	419	427
Multas	-	-	139	-
Manutenção de obras de infraestrutura	1	-	354	106
Manutenção de <i>softwares</i>	219	222	3.128	2.909
Créditos de liquidação duvidosa	-	-	420	614
Outros	114	182	3.251	2.104
Total	12.068	13.433	108.016	108.337

(*) Refere-se a Plano de Saúde, Vale Refeição, Vale Alimentação e Vale Transporte.

32. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras	100	423	2.418	3.938
Atualização monetária	349	335	311	444
Juros recebidos	-	-	263	327
Atualização monetária sobre êxito processo judicial	2.904	-	2.904	-
Outras receitas financeiras	1	3	1.005	1.364
Subtotal	3.354	761	6.901	6.073
Despesas Financeiras				
Juros	(1)	(1)	(2.105)	(2.610)
Atualização monetária	-	-	-	(238)
Encargo sobre dívidas - juros	-	-	-	(166)
Despesas bancárias	(4)	(3)	(72)	(16)
Outras despesas financeiras	-	-	(5)	-
Subtotal	(5)	(4)	(2.182)	(3.030)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	3.349	757	4.719	3.043

33. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com as respectivas bases abaixo apresentadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (Prejuízo) antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	16.076	(5.942)	16.260	(5.969)
Alíquota fiscal combinada da contribuição social e do Imposto de Renda	34%	34%	34%	34%
Encargos da Contribuição Social e do Imposto de Renda às alíquotas combinadas	(5.466)	2.020	(5.528)	2.029
Ajustes				
Equivalência Patrimonial	8.235	1.981	(4)	165
Juros sobre capital próprio	(4.338)	(3.570)	-	-
Créditos tributários não ativados e outros	453	(431)	(1.593)	(3.074)
Tributos no resultado				
Corrente	(1.116)	-	(7.129)	(1.377)
Diferido	-	-	4	497
	(1.116)	-	(7.125)	(880)

34. LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício.

No caso da WLM, o lucro/prejuízo diluído por ação é igual ao lucro/prejuízo básico por ação, pois a Companhia não possui instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar em emissão de ações. O quadro abaixo, apresentado em R\$, demonstra o cálculo do lucro / (prejuízo) por ação com base no Prejuízo líquido apurado em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Lucro básico por ação	Controladora e consolidado					
	2018			2017		
	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total
Ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	16.571.220	19.843.450	36.414.670
Total de ações em circulação - Unidades	16.571.220	19.843.450	36.414.670	16.571.220	19.843.450	36.414.670
Operações continuadas						
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	7.405.785,50	8.868.166,28	16.273.951,78	(2.704.103,86)	(3.238.068,76)	(5.942.172,62)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$)	0,45	0,45	-	(0,16)	(0,16)	-
Operações descontinuadas						
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	(90.173,36)	(107.979,42)	(198.152,78)	(333.432,60)	(399.273,75)	(732.706,35)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$)	0,01	0,01	-	(0,01)	(0,02)	-

35. COMPROMISSOS

A Companhia, através de sua controlada Fartura, tem contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Produto	Consolidado				
	Data da entrega	Quantidade	contratos	Unidade	Preço
Safra 18/19					
Soja	fev/19	20.000	1	sacas	71,00
Soja	abr/19	20.000	1	sacas	72,50

Produto	Análise do Ganho o Perda				
	Quantidade	Preço contrato (1)	Preço em 31/12/2018 (2)	Perda (1 - 2)	Perda
Safra 18/19					
Soja	20.000	71,00	76,56	(5,56)	(111)
Soja	20.000	72,50	76,56	(4,06)	(81)
				Perda	(192)

36. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A geração de caixa da Companhia é originada, principalmente, pelo recebimento de juros sobre capital próprio e distribuição de lucros de suas controladas que têm atividades operacionais voltadas ao segmento agropecuário e automotivo, este último com maior representatividade na receita consolidada.

No segmento automotivo, a atuação é basicamente na revenda de caminhões, ônibus e peças da marca Scania e na prestação de serviços e de assistência técnica; enquanto que no segmento agropecuário, a atuação é na produção e comercialização de commodities agrícolas tais como soja, milho e café, além de cria, recria e engorda de gado bovino.

Desta forma, o desempenho financeiro das controladas, e consequentemente da Companhia, está diretamente exposta a (i) atividade econômica do país, a qual determina uma maior ou menor demanda por caminhões, ônibus, peças e serviços correlatos, (ii) variações das taxas de juros internas no Brasil, onde menores taxas podem trazer maiores incentivos para financiamento e impactar na demanda por bens de consumo, (iii) condições climáticas que geram impacto direto na produtividade das atividades agrícolas e (iv) volatilidade do preço internacional da commodity e da taxa de câmbio (preço da commodity atrelada ao dólar, enquanto que a venda interna ocorre em reais).

Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Risco de preço

No que tange as atividades do segmento agropecuário, embora a receita represente uma parte pequena do faturamento da Companhia, existe um potencial risco de variação de preço nas commodities agrícolas influenciadas por condições de mercado, as quais muitas vezes independem da gestão direta da administração. Na medida em que haja uma perspectiva de

crescimento na atuação neste segmento, a administração avaliará outras estratégias com vista a obter maior proteção contra a variação dos preços das commodities.

Risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito, relacionado as contrapartes de suas aplicações e às contas a receber de clientes de suas controladas operacionais. A política financeira da Companhia mitiga seu risco associado as suas aplicações financeiras, alocando-as em fundos de investimentos conservadores e de alta liquidez geridos por instituições financeiras de primeira linha.

As operações de vendas das controladas que atuam no segmento agropecuário é concentrada em poucos clientes. Embora possa existir um risco por conta da concentração, parcela substancial das vendas é realizada para clientes altamente qualificados e com perfil de crédito de primeira linha. Por sua vez, no segmento automotivo, há uma grande diversificação de clientes. O risco de crédito é administrado por normas internas específicas de análise e aprovação do crédito de clientes, estabelecendo limites de exposição por cliente e garantias acessórias necessárias. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	905	188	19.102	9.388
Aplicações financeiras	1.044	23	19.956	29.827
Contas a receber de clientes	-	-	54.965	41.225
Total	1.949	211	94.023	80.440

Risco de liquidez

Um dos grandes objetivos da Administração é a preservação de caixa da Companhia. Em cada empresa controlada existe um monitoramento constante da previsão dos fluxos de caixa presentes e futuros de forma a assegurar a saúde financeira e atender às necessidades operacionais.

Com relação a aplicação de seus recursos em ativos financeiros, o critério de liquidez é uma das regras observadas pela Administração.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de planejamento e monitoramento de seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

Hierarquia do Valor Justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo e passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas do setor agropecuário terem ativos biológicos, que são avaliados a valor justo através de dados publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 2.

A movimentação e respectivos ganhos e perdas no resultado do exercício, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 12.

Gestão do Capital Social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, protegendo, desta forma, seu capital de oscilações da política econômica.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em:

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como as contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado.

c) Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, como segue:

Descrição	Exposição 2018	Risco	Impacto	Cenário I Provável **	Cenário II Possível	Cenário III Remoto
Controladora						
Aplicações Financeiras	1.044	Baixa do CDI*	Resultado	(67)	(84)	(100)
Consolidado						
Aplicações Financeiras	19.956	Baixa do CDI*	Resultado	(1.277)	(1.596)	(1.916)

*As aplicações financeiras estão concentradas em fundos de investimento e CDB's. Os fundos são classificados como renda fixa e referenciados DI, os quais investem preponderantemente em ativos pós-fixados ao CDI e apresentam liquidez diária para resgate. Outra pequena parcela corresponde a CDB's com liquidez diária, que também são indexados ao CDI.

** Considera o CDI de 18/02/2019, 6,4% ao ano, cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do Bacen.

Risco de juros

Embora a Companhia e suas controladas não mantenham exposições a dívidas financeiras com juros pós fixados e/ou a instrumentos de hedge/derivativos no mercado, a Administração entende que existe uma exposição ao risco de taxa de juros, principalmente pelo fato de que grande parte das compras de veículos ocorre na forma de financiamentos por parte dos clientes. Se taxas de juros ficam mais altas, o custo do financiamento encarece e, consequentemente, a demanda por aquisições de novos veículos tende a ser menor. A Companhia não possui risco de juros passivos, tendo em vista que os juros são pré-fixados.

Risco de câmbio

A Companhia não mantém aplicações financeiras atreladas ao risco cambial, mantendo uma política conservadora na aplicação de seus recursos visando pouca volatilidade, liquidez de curto prazo e rentabilidade atrelada ao CDI.

Embora as empresas controladas não apresentem instrumentos financeiros com exposição a moedas internacionais, eventuais alterações no câmbio podem afetar as condições no mercado que elas atuam, principalmente no que tange a formação dos custos de produtos para venda, podendo, assim, influenciar no desempenho operacional e financeiro.

A Administração está constantemente monitorando as variáveis de mercado e avaliando as vantagens e desvantagens de contratação de seguros, de forma a reduzir o risco cambial.

37. COBERTURA DE SEGUROS

A WLM e empresas controladas possuem seguros com coberturas básicas e adicionais para veículos, instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância assegurada em 31 de dezembro de 2018 totaliza, aproximadamente, R\$ 144.072 (R\$ 103.315 – 2017).

Ramo	Tipo de cobertura	Consolidado	
		Valor segurado	
Compreensivo empresarial (Multiriscos)	Incêndio, queda de raio e explosão; danos elétricos - riscos comerciais; responsabilidade civil operações; responsabilidade civil empregador; roubo ou furto qualificado de bens; roubo ou furto de valores em trânsito; roubo ou furto de valores no interior do estabelecimento; vendaval até fumaça; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil empregador; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil operações.	R\$	76.912
RC Administradores e Diretores (D&O)	Atos de gestão dos administradores e danos ambientais	R\$	30.000
Automóvel / RCF / APP	Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros.	R\$	37.160
		R\$	144.072

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

38. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 2018, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, são como seguem:

Descrição	Consolidado	
	2018	2017
Prescrição de dividendos	1.095	477
Total	1.095	477

* * *

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
A DIRETORIA

EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA
Diretor-Presidente

ÁLVARO VERAS DO CARMO
Diretor de Relações com Investidores

LEANDRO CARDOSO MASSA
Diretor

NARGILLA NAIRA RODRIGUES DA COSTA
Contadora
CRC/RJ 111.602/O-0